

# QUEM TEM MEDO DA TURQUIA NO SEIO DA UNIÃO EUROPEIA?

Rogério Leitão

A questão da abertura oficial das negociações com a Turquia, com vista à sua adesão à União Europeia, foi finalmente decidida pelo Conselho Europeu de Bruxelas, em 17 de Dezembro de 2004: «O Conselho Europeu convidou a Comissão a apresentar ao Conselho uma proposta de quadro de negociações com a Turquia... e solicitou ao Conselho que aprove esse quadro de negociações na perspectiva de dar início às negociações em 3 de Outubro de 2005»<sup>1</sup>.

A Turquia, como é sabido, independentemente da sua já longa relação oficial («acordo de associação») com as Comunidades, que data de 1963 e que conheceu percalços e sobressaltos motivados sobretudo pela sua instabilidade política, apresentou o seu pedido de adesão em 12 de Abril de 1987 e só no Conselho Europeu de Helsínquia, de Dezembro de 1999, lhe foi reconhecido o estatuto de «candidato a candidato», integrado numa estratégia de pré-adesão, objecto de avaliações regulares, que se tem vindo a desenrolar até hoje. Em 6 de Outubro último, a Comissão adoptou uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, a título de balanço da estratégia realizada, na qual propôs, apesar de muitos passos importantes ainda a concretizar, a abertura de negociações de adesão com a Turquia.

## O «FIM DA UNIÃO EUROPEIA»?

A controvérsia à volta da adesão da Turquia à União Europeia, e a expressão de uma certa turcofobia, ganhou importância no debate político a partir do momento em que o Presidente da Convenção sobre o Futuro da Europa, Valéry Giscard d'Estaing, numa entrevista ao diário *Le Monde*, de 9 de Novembro de 2002, declarou opor-se a uma tal adesão e que, segundo ele, a verificar-se «será o fim da União Europeia».

As razões em que o antigo Presidente da República Francesa funda a sua posição têm a ver, por um lado, com a geografia, a cultura e o peso político que a Turquia acabaria por ter no seio das instituições da União (um país, já hoje, com uma população de 66 milhões de habitantes) e, por outro, com a necessidade de a UE fazer uma pausa para digerir o alargamento a dez e proximamente a doze novos países e poder, assim, integrar

a dinâmica centrípeta que os objectivos estratégicos inscritos no Tratado Constitucional visam desencadear.

Assistiremos, em seguida, à expressão de vários movimentos de opinião contra a adesão da Turquia: em França, a UMP, o partido da maioria, pronuncia-se oficialmente contra e o PS francês fica-se entre um sim e um não, a tender para o não, o que obrigará o Presidente Chirac a prometer um referendo sobre a adesão da Turquia, além do referendo sobre o Tratado Constitucional; na Alemanha, os democratas-cristãos tendem, ou parecem tender, a transformar esta questão no estandarte da sua oposição ao governo do SPD; na Holanda, Bélgica, Suécia e Áustria a questão da Turquia, muitas vezes entrosada com questões nacionais, em especial as relacionadas com a imigração, tem vindo a alastrar-se no espaço político, para além do já ocupado pelos partidos da extrema-direita; e só em países como Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido se constata um predomínio de opiniões favoráveis, ou então indiferentes, à adesão da Turquia à União.

Os «prós» e os «contra» a esta adesão equivalem-se e, grande parte, são retoricamente reversíveis (a geografia, a civilização, a religião, o económico, o social, a demografia...);

contudo, apesar do processo de «europeização», acelerado nos últimos tempos, a que têm sido submetidas as sociedades civil e política otomanas, não podemos deixar de concluir que a República Turca precisará ainda de mais alguns anos para se instituir num verdadeiro estado de direito democrático.

A ADESÃO DA TURQUIA COLOCA À UNIÃO EUROPEIA QUESTÕES SOBRETUDO DE NATUREZA GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGICA. EU DIRIA, MESMO, QUE SE TRATA DE UMA DAS QUESTÕES MAIS IMPORTANTES DESTA NATUREZA COM QUE ATÉ HOJE A CONSTRUÇÃO EUROPEIA FOI CONFRONTADA.

Assim, a adesão da Turquia coloca à União Europeia questões sobretudo de natureza geopolítica e estratégica. Eu diria, mesmo, que se trata de uma das questões mais importantes desta natureza com que até hoje a construção europeia foi confrontada.

A UE, enquanto configuração política estruturada pela (e na) paz, sustentada pela estabilidade democrática e pelo desenvolvimento económico-social, tende, por razões internas e por expectativas externas, a ser, cada vez mais, um actor internacional estruturante de paz e de estabilidade.

Ora, na actual conjuntura internacional, com as suas especificidades regionais, a adesão da Turquia tende quase reflexivamente a ser encarada em termos estratégicos e de segurança, uma vez que este estado constituirá uma peça importante nas relações da UE com o Médio Oriente e com o Cáucaso, regiões de crise e de núcleos estratégicos vitais, tanto para os europeus, como para os americanos<sup>2</sup>.

Daí que a Comissão Independente sobre a adesão da Turquia, no seu relatório de Setembro passado, defenda que:

«a adesão da Turquia apresenta vantagens consideráveis, tanto para a própria Turquia como para a União Europeia. Para a União, a posição geopolítica única da Turquia no

cruzamento dos Balcãs, do Médio Oriente alargado, do Cáucaso do Sul, da Ásia Central e mais além, a sua importância para o abastecimento energético da Europa e o seu peso político, económico e militar, são outros tantos trunfos significativos. Mais a mais, como grande país muçulmano solidamente implantado na União Europeia, a Turquia poderá desempenhar um papel-chave nas relações da Europa com o mundo islâmico»<sup>3</sup>.

## **OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIÃO**

O Tratado Constitucional, cuja entrada em vigor se torna cada vez mais difícil de prever, assenta em dois grandes objectivos estratégicos: o primeiro visa consolidar a UE em termos político-institucionais, no quadro do alargamento já realizado, a mais dez Estados-membros, e do próximo, a ter lugar a curto-médio prazo, que incluirá a Roménia e a Bulgária e, talvez, também a Croácia; o segundo objectivo pretende reforçar a dimensão política da União, quer internamente (o espaço de liberdade, segurança e justiça com a cooperação policial e judiciária em matéria penal), quer externamente (a política externa e a de segurança e defesa comum). Ora, foi ponto mais ou menos consensual na Convenção que, para se atingir esses dois objectivos, era necessário fazer uma pausa nos alargamentos e investir sobretudo nas políticas de vizinhança, isto é, numa cooperação especial com os países que configuram as fronteiras da União.

Mas se olharmos para um mapa da Europa constatamos que a União ainda apresenta certos espaços lacunares: a Noruega, cujo povo já por duas vezes recusou a adesão; a Suíça, que nem candidato a «candidato a candidato» pretende ser; e, a parte da ex-Jugoslávia mais problemática, isto é, a Sérvia com o Kosovo e o Montenegro, a Macedónia e a Bósnia-Herzégovina, não esquecendo a paupérrima Albânia, desenham uma região onde a UE tem pela frente uma tarefa de reconstrução e de estabilização para durar uma ou duas décadas. Por outro lado, a adesão da Turquia reforçará as pressões, algumas, aliás, já existentes, de um alargamento em direcção à planície russo-ucraniana e ao mar Negro. Desde logo, a Geórgia, que pela voz do seu actual Presidente, Mikhail Saakavchvili, afirmou, aquando da reunião do Conselho da Parceria Euro-Atlântica, em Istambul, em finais do mês de Junho de 2004, que «a adesão à NATO é, para nós, uma espécie de bilhete de entrada na UE... e se a Turquia for admitida como membro da UE, estou convencido de que o próximo Estado a aderir será a Geórgia»<sup>4</sup>.

Em seguida, a Ucrânia, que vive actualmente uma situação política fluida e melindrosa, mesmo com a recente vitória eleitoral do candidato «pró-ocidental», Iuschenko, e cujas tensões internas e externas são precisamente atravessadas pelo actual desafio geopolítico relativo à reorganização do continente europeu no seu todo: deverá manter-se a Europa partilhada em zonas de influência, tal como aconteceu durante a Guerra Fria?; ou dever-se-á antes restabelecer o princípio da cooperação que pressupõe a independência e a igualdade entre os Estados?

Daí as tensões entre a UE e a Rússia, expressas na última cimeira bilateral que teve lugar em Haia, em 25 de Novembro de 2004, uma vez que a via seguida pela UE assenta na

segunda opção, traduzida, muito especialmente, nos objectivos estratégicos da sua nova política de vizinhança, reforçada, há pouco tempo, com a inclusão no seu campo de aplicação do Azerbaijão, da Arménia e da Geórgia<sup>5</sup>.

Contudo, não podemos deixar de constatar que esta reorganização do continente europeu, em toda a sua extensão, tem vindo a ser realizada, em larga medida, através dos sucessivos alargamentos da NATO, já concretizados e a concretizar, cujos últimos traços foram decididos na Cimeira da Aliança Atlântica de Istambul, de 28 a 29 de Junho passado. Assim, os próximos membros da NATO serão a Eslovénia, a Bulgária, a Roménia, a Lituânia, a Letónia e a Estónia, ficando a Albânia, a Croácia e a Macedónia com o estatuto de candidatos oficiais, tendo a Ucrânia e a Geórgia sido consideradas como «potenciais candidatos». Ora, foi precisamente durante esta cimeira que o Presidente George W. Bush defendeu veementemente a adesão da Turquia à UE: «a adesão da Turquia provaria que a UE não é um clube exclusivo de uma só religião e tornaria o “choque de civilizações” num mito em desaparecimento [...] a América considera que a Turquia enquanto potência europeia pertence à UE [...] e tal adesão marcará um marco crucial nas relações entre o mundo muçulmano e o Ocidente, uma vez que a Turquia pertence a ambos»<sup>6</sup>. E uma tal veemência do Presidente americano levou o Presidente Chirac a exclamar: «De quoi se mêle-t-il?».

De qualquer modo, tem-se afirmado uma equivalência estrutural (e mesmo sistémica, na perspectiva de certos sectores da Administração americana) entre a dinâmica de alargamento da NATO («uma espécie de bilhete de entrada na UE») e a dinâmica de alargamento da UE. Desde logo porque os Estados simultaneamente membros da União e da NATO têm vindo a apoiar o redesenho desta «comunidade de segurança europeia», ou de «Aliança alargada», que aponta para uma dimensão transeuropeia, na qual se procura envolver países que vão do Mediterrâneo ao mar Cáspio<sup>7</sup>.

Estratégia esta que é contestada pela Rússia de Putin, umas vezes em voz alta, as demais em voz surda, uma vez que vai perdendo países até aí considerados como pertencendo à sua «esfera de interesses estratégicos e vitais» e assiste, com reticências, ao cerco das suas fronteiras do Oeste e do Sul por um «cordão profiláctico» de inspiração transatlântica.

## **A ADESÃO TURCA E OS MODELOS DA UE**

É evidente que a adesão da Turquia suscita outros grandes problemas e questões, para além dos de natureza geopolítica e estratégica, nomeadamente os graves problemas de natureza financeira com os quais a UE será confrontada, considerados por alguns analistas como insolúveis, e os relativos ao equilíbrio da relação de poderes (*balance of power*) no seio da União.

Parece-nos, contudo, que o núcleo central desta problemática reveste *grosso modo* duas dimensões-opções:

- A adesão da Turquia desencadeará necessariamente pressões e dinâmicas no sentido do alargamento da União à Europa no seu todo. Ora, uma tal perspectiva acabaria logo por dissolver o objectivo estratégico do Tratado Constitucional, visando tornar a UE num

actor internacional eficaz e consistente. E tal processo de dissolução acabaria também por transformar a UE numa simples zona de comércio livre, assente numa estabilidade económica, social e política, servindo de alicerce à NATO alargada. Daí que Giscard d'Estaing afirme que os que defendem a adesão da Turquia «visam fragilizar o sistema de modo a que a integração europeia se torne numa zona de comércio livre comum à Europa e ao Médio Oriente. Ora isto é o fim do projecto da integração europeia».

• A outra dimensão-opção nega a tendência para o abismo, sublinhando, em primeiro plano, a história e a especificidade das relações da integração europeia com a Turquia, muitas delas cristalizadas no contexto da Guerra Fria e, paralelamente, valoriza a dimensão estratégica de uma tal adesão, em especial na actual conjuntura de crise grave, quer no Médio Oriente, quer no Cáucaso, da qual resultaria necessariamente um reforço da capacidade estratégica da UE, nomeadamente, na luta global contra o terrorismo de raiz islâmica.

De qualquer modo, no decurso dos próximos anos, isto é, antes do fim das negociações de adesão com a Turquia, que serão longas, como todos sabemos, a União Europeia terá de decidir se quer realmente afirmar-se como entidade geopolítica ou antes como simples espaço aberto a todos os Estados vizinhos, diluindo-se numa organização internacional de vocação quase universal, com ou sem «núcleos duros», ou de «vanguarda».

Se decidir afirmar-se como entidade geopolítica, integrando a Turquia no seu seio, terá, antes de tudo, de adoptar uma política externa e de segurança credível e efectiva em relação ao Cáucaso e ao Médio Oriente. Investindo, pois, na sua nova política de vizinhança de modo a organizar a sua periferia que irá, em arco, da Ucrânia ao Mediterrâneo, apostando assim na criação de um amplo espaço regional de estabilidade e desenvolvimento que necessariamente terá um impacto a nível mundial.

Contudo, além da complexidade deste desafio, dependente, aliás, de variáveis de um sistema internacional que balança entre uma configuração hegemónica e formas de turbulência anárquica, o certo é que o mundo parece tender cada vez mais para um sistema multipolar.

Será então que a afirmação da União Europeia, como entidade geopolítica (uma potência, de qualquer modo, *sui generis*), permitirá, de acordo com a sua natureza (ou melhor, de acordo com a sua ontogénese!), reforçar a geometria multilateral dessa multipolaridade, isto é, contribuir eficazmente para a viabilidade e aperfeiçoamento de um sistema internacional caracterizado, de qualquer modo, pelas «mesmas regras para todos, embora nem todos os Estados possam ser iguais»?<sup>8</sup>

Perante os contornos destas duas opções, aqui sinteticamente desenhados, só a história, perigosamente a história próxima, nos dirá quem tem razão. **RJ**

NO DECURSO DOS PRÓXIMOS ANOS  
A UNIÃO EUROPEIA TERÁ DE DECIDIR SE QUER  
REALMENTE AFIRMAR-SE COMO ENTIDADE  
GEOPOLÍTICA OU ANTES COMO SIMPLES ESPAÇO  
ABERTO A TODOS OS ESTADOS VIZINHOS,  
DILUINDO-SE NUMA ORGANIZAÇÃO  
INTERNACIONAL DE VOCAÇÃO QUASE UNIVERSAL.

## NOTAS

**1** Conclusões da Presidência de 16 e 17 de Dezembro de 2004, p. 6.

**2** Por exemplo, a descoberta de novas riquezas energéticas no mar Cáspio e a questão do seu transporte para os EUA e para a Europa.

**3** *La Turquie dans l'Europe: plus qu'une promesse?*, Rapport de la Commission Indépendante sur la Turquie, Bruxelles, septembre 2004, p. 47. E quanto às vantagens para a Turquia: «L'adhésion serait la confirmation ultime que son orientation séculaire

vers l'Occident était le bon choix, et qu'elle est enfin acceptée par l'Europe et garantirait aussi le caractère irréversible de la transformation du pays en une société démocratique moderne... l'échec du processus d'adhésion... pourrait susciter une grave crise d'identité en Turquie, et entraîner agitation et instabilité politique aux portes de l'Europe».

**4** *Le Figaro*, 30 de Junho de 2004.

**5** Os primeiros «novos vizinhos» visados por esta iniciativa foram: a Ucrânia, a Moldávia, a Bielorrússia, a Argélia, o Egipto,

Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, Marrocos, a Autoridade da Palestina, a Síria, a Tunísia e a Rússia.

**6** *Le Figaro*, já citado.

**7** Atente-se que a dinâmica de alargamento da NATO acaba também por reforçar a dinâmica de uma nova «defesa europeia» e de uma nova «arquitectura» de segurança colectiva!

**8** Philippe Moreau-Defarges, em entrevista ao diário *Público*, de 13 de Dezembro de 2004.